

IBAMA VOLTA A PRESSIONAR OS PATAOXO NO MONTE PASCOAL

A ANAI (Associação Nacional de Ação Indigenista) vem a publico manifestar a sua preocupação diante de novas tentativas de dirigentes de oragos federais do meio ambiente em pressionar o povo pataxo do Monte Pascoal, através de ofertas de "acordos" e de dinheiro sob a forma de "projetos de desenvolvimento sustentável".

Como se sabe, o povo pataxo reocupou, em agosto de 1999, o seu território no Monte Pascoal, o que motivou, da parte do órgão indigenista governamental, a FUNAI, o inicio do processo de regularização da área como Terra Indígena, conforme previsto na Constituição Brasileira.

Como e também sabido, a iniciativa dos Pataxo gerou reações e tentativas de expulsão dos índios, inclusive mediante ação judicial, por parte do órgão ambiental federal, o IBAMA, que desde 1961 hostiliza o povo pataxo e vinha mantendo, ilegalmente, um Parque Nacional sobre Terra Indígena.

Malgradas as tentativas de expulsão dos índios, o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente mudaram de estratégia e, sem abrir mão do processo judicial e valendo-se das muitas carências vividas pelo povo pataxo, passaram, desde fevereiro de 2000, a acenar-lhes com propostas de recursos para projetos de desenvolvimento de suas aldeias, em troca do que os índios deveriam aceitar a volta do IBAMA a administração do suposto Parque Nacional.

Estas propostas, claramente caracterizadas como tentativas de pressão sobre os índios, geraram diversas manifestações em contrario da parte dos próprios lideres pataxo e também da Comissão Nacional Indígena criada na I Conferencia Indígena, em abril de 2000, seguidas de notas de apoio de diversas instituições indigenistas e da sociedade civil, inclusive a ANAI e a ABA (Associação Brasileira de Antropologia).

Esta ultima instituição, em mensagem dirigida aos Subprocuradores da Republica que coordenam as Câmaras do Ministério Publico Federal encarregadas da defesa dos direitos indígenas e ambientais, diz:

"Neste contexto, compreenderão VV. Exas. que, para muitos dos lideres indígenas, a proposta de investimentos do Ministério do Meio Ambiente em suas aldeias parece, neste momento, uma

tentativa de corrupção dos seus propósitos de defesa e de legitimação formal do seu tradicional território".

e,

"Isto posto, rogamos a VV. Exas. todo o empenho dessa Procuradoria no sentido de obter, do órgão federal indigenista, a máxima agilidade possível no andamento dos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena em questão, e para que o Ministério do Meio Ambiente aguarde a publicação, pela Presidência da FUNAI, do competente despacho de aprovação do relatório circunstanciado de tais estudos, o que proverá as bases mínimas de conhecimento e de legitimidade capazes de subsidiar, de modo conseqüente, a desejada aplicação de recursos ministeriais em apoio a sustentação da sociedade indígena pataxo no território do Monte Pascoal."

Face a manifestações como esta, o Ministério Público Federal houve por bem, desde novembro último, abster-se de mediar e de legitimar as propostas de "acordo" dirigidas pelos organismos ambientais ao povo pataxo, pelo menos até que se concluam os competentes estudos de regularização da Terra Indígena, em desenvolvimento pela FUNAI.

Diante do exposto, surpreende-nos que, em visita a área do Monte Pascoal por força dos recentes incêndios florestais na região, o diretor de ecossistemas do IBAMA, Sr. Luís Márcio Haddad Pereira, e a própria Assessoria de Comunicação Social do órgão, voltem a propor e mesmo a alardear a existência de "acordo" com os Pataxo.

De fato, conforme informa, justamente sob o subtítulo de "acordo", matéria de "A Tarde" de 17.02.2001,

"Para a direção do Ibama, a grande vitória do dia de ontem foi o acordo firmado com o pajé Manoel Santana e outros três caciques da região. Eles selaram um acordo de gestão compartilhada do Parque Nacional do Monte Pascoal, cuja primeira ação será o combate ao fogo. A Assessoria de Comunicação Social do Ibama informou que esse acordo, que terá a participação do governo federal, do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça, Ibama e Funai, vai propiciar o desenvolvimento de alternativas de renda como o ecoturismo e o artesanato. "

Por força dessas declarações a imprensa, o cacique da aldeia pataxo da Boca da Mata, Alfredo Santana, filho do pajé Manoel Santana citado na matéria, procurou, em seguida, por telefone, a ANAI, para declarar que nem o seu pai nem nenhum cacique pataxo firmou qualquer acordo com a direção do IBAMA. Segundo Alfredo, que denuncia o blefe contido nas declarações do IBAMA, durante a visita do Sr. Luís Márcio, eles apenas se limitaram a, mais uma vez e educadamente, ouvir as propostas e ponderações do órgão, dispendo-se a um eventual acordo de cooperação quanto este vier a, por fim, reconhecer o pleno direito indígena sobre o território do Monte Pascoal.

Na verdade, os recentes incêndios florestais na região vieram apenas confirmar a incompetência do IBAMA na administração das unidades de conservação sob sua gestão, como o malsinado Parque Nacional do Descobrimento, próximo ao Monte Pascoal, e, pior que isto, também a permanente e continuada hostilidade do órgão, na região, contra o povo pataxo.

Como se sabe, estando a floresta do Monte Pascoal por fim sob controle dos Pataxo, o verão de 1999/2000 foi o primeiro em que, após mais de uma década, ai não ocorreram incêndios.

Este fato, bastante "incomodo" para o IBAMA, pode estar, conforme suspeita a reportagem de "A Tarde" de 13.02.01, entre as causas dos incêndios deste verão na região. Segundo esta, "Na ânsia de desmoralizar os Pataxo, que lutam pela demarcação do Monte Pascoal como território indígena, o governo fechou os olhos para os incêndios criminosos dos fazendeiros no entorno dos Parques da região."

Enquanto que os Pataxo vinham mantendo, desde o início do verão, 150 homens em permanente vigilância contra incêndios no Monte Pascoal, o Parque do Descobrimento, de maior extensão, permanecia sob os "cuidados" de um único preposto do IBAMA, o seu "diretor", Gabriel Marchioro.

Segundo a mesma matéria de "A Tarde" de 17.02.01 que trata do "acordo":

"Criado em abril de 99, o Parque Nacional do Descobrimento já nasceu com grandes problemas. Sua extensão de 21.130 hectares, aliada a presença de um único funcionário para administra-lo, o próprio Gabriel Marchioro, torna a tarefa de preservação um desafio permanente."

Esta evidente precariedade, contudo, não impediu o IBAMA de desdenhar, de maneira negligente, arrogante e irresponsável, a ajuda dos Pataxo no combate aos incêndios. Já a 08.02.01, ou seja, mais de uma semana antes da visita do diretor do órgão com suas propostas de "acordo", matéria de "A Tarde" informava que "o coordenador da ONG Flora Brasil, Jean Francois, afirmou que o Ibama foi avisado desde o início do incêndio na região. 'Não entendemos o porque de o Ibama não ter aceitado a ajuda da brigada do parque do Monte Pascoal', disse. A brigada é formada por 60 índios pataxo que há cerca de dois anos ocuparam aquele parque nacional. 'Eles são os melhores combatentes de fogo na região'".

Parece, pois, bastante evidente que não se pode depositar a mínima credibilidade nas boas-intenções do IBAMA com relação ao povo pataxo e que suas propostas de "acordo" e, mais, os blefes pela imprensa quanto a existência de tais acordos não passam de tentativas mal dissimuladas para, disfarçadamente, reassumir o controle, que sempre se revelou inepto, do patrimônio florestal do Monte Pascoal e, pior, para abalar a unidade e a confiança do povo pataxo.

De resto, seria mesmo muito estranho que o órgão que tem sido responsável direto pela fome dos Pataxo há duas gerações, viesse agora a se por como o maior interessado em suprir as carências de seu povo!

Conforme atesta, em nota a nos dirigida, a 22 de fevereiro, a equipe do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que atua junto aos Pataxo:

"Estamos percebendo que está havendo uma pressão grande por parte do MMA/Ibama em propor um Acordo neste momento, gerando conflitos internos entre os índios."

Conforme observa, com muita competência e perspicácia a equipe do CIMI:

"No nosso entendimento o regime jurídico das terras indígenas somente poderá ser o previsto na Constituição Federal. A gestão da área sobreposta jamais poderá ser feita de forma compartilhada entre Ibama/Funai/Ong's, como prevê a proposta. No limite das terras indígenas a gestão ou administração da área e de responsabilidade autônoma dos povos indígenas que a habitam ou a ocupam."

"Para nos, essa proposta do acordo visa desmobilizar a luta indígena no Monte Pascoal e região, que se fortaleceu e provocou o processo de demarcação em curso, condição fundamental para a solução dos conflitos e perspectiva concreta de melhoria das condições de vida do povo pataxo."

"Temos claro que o Monte Pascoal e uma importante área de preservação da Mata Atlântica e que deve ser protegida por todos, para tanto, o governo deveria estabelecer claramente o papel das instituições pela fiscalização e monitoramento dos programas de apoio as comunidades indígenas, criando condições para que o Ibama fiscalize o entorno do território indígena, protegendo e garantindo o Monte Pascoal da ação nefasta de caçadores e madeireiros. A Funai, em parceria com o Ibama, teria o papel de orientar as ações do órgão ambiental (...). Uma articulação das entidades indigenistas, MMA/Ibama, Funai, Ministério Público Federal, entidades ambientais e índios seria importante para a construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável para as comunidades pataxo no Monte Pascoal, respeitando a autonomia e o direito tradicional dos Pataxo sobre o seu território."

"Assim, e plenamente compreensível que as propostas de investimento do Ministério do Meio Ambiente tenham tido, antes, o efeito de causar perturbação, tensões, desconfianças e, pior, conflitos internos a sociedade pataxo, conforme evidente em artigos de imprensa e em manifestações dos próprios índios, do que o de poder vir a contribuir convenientemente, neste momento, para com as bases de sustentação dessa sociedade."

A ANAI subscreve e apoia inteiramente estas considerações e conclama o povo pataxo, os seus verdadeiros aliados e a opinião pública a se manterem vigilantes em defesa dos direitos indígenas no Monte Pascoal.

Salvador, 08 de março de 2001

José Augusto Sampaio
Diretor Secretário

ANAI - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA
Rua Santa Isabel, 5, 1º andar, Pelourinho
40025-110 Salvador - Bahia
tel: 71-322-4320; fax: 322-9995; 'e-mail': anai@anai.org.br